



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

## **Informação nº 07/2021 – DIASP1/SEASP**

Brasília (DF), 04 de maio de 2021.

**Processo nº:** 00600-00000674/2020-98-e  
**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF  
**Assunto:** Representação.  
**Ementa:** Representação com pedido de liminar de autoria da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções–Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36. Dispensa de Licitação nº 453/2020, para contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para implantação de Hospital de Campanha no Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha. Contrato nº 067/2020-SES. Decisão nº 1225/2020. Conhecimento e diligências. Decisão nº 1919/2020. Diligências. Decisão nº 4360/2020. Procedência da representação da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções–Eireli. Diligências. Representação incidental apresentada por membro da CLDF. Decisão nº 4766/2020. Conhecimento. Diligências. Apresentação de esclarecimentos da SES/DF. Nesta fase. Análise do mérito da representação apresentada por membro da CLDF e dos novos esclarecimentos encaminhados. Pela parcial procedência. Audiência de responsáveis.

Senhor Diretor,

Os autos foram autuados para tratar de Representação<sup>1</sup> apresentada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, CNPJ nº 20.936.189/0001-36, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020, destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional de

---

<sup>1</sup> Representação, peça 3, e-DOC 6FB5F9F0.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Brasília, Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com COVID-19.

2. Incidentalmente, S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass apresentou Representação<sup>2</sup> acerca de possíveis irregularidades praticadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF no processo de contratação de empresa para a implementação do aludido Hospital de Campanha.

## **I. BREVE HISTÓRICO**

3. A análise inicial da Representação de autoria da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, doravante empresa RVA, foi realizada por intermédio das Informações nº 43/20<sup>3</sup> e 49/20<sup>4</sup> - DIASP1, tendo sido, por último, prolatada a Decisão nº 4360/2020<sup>5</sup>, mediante a qual esta Corte de Contas assim deliberou:

### **Decisão nº 4360/2020**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer: a) da documentação encaminhada pela empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA.; b) do Ofício nº. 3533/2020 – SES/GAB e anexos; c) do Ofício nº. 543/2020 – GPCF; II – considerar, no mérito, procedente a representação da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI; III – considerar, em relação à Decisão nº 1919/2020: a) cumpridos os itens III.a.2 e III.a.4, III.b e IV; b) insuficientes os esclarecimentos prestados por meio dos itens III.a.1 e III.a.3; IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) apresente circunstanciadas justificativas em relação às irregularidades a seguir, sob pena de aplicação de penalidade aos responsáveis: i) exigência de expertise anterior de serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares, em desacordo com o art. 3º, caput, e § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993; ii) cerceamento do contraditório, indicando inobservância do devido processo legal, em desacordo com o art. 3º, caput, da Lei n.º 8.666/1993; iii) falha no dimensionamento do item 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE FORRO MINERAL, da planilha orçamentária, cujo quantitativo demonstra ser superior à área total utilizada para a montagem do hospital de campanha instalado no Estádio Nacional de Brasília; iv) sobrepreço nos custos unitários dos itens 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE FORRO MINERAL e 04.01 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO TIPO*

<sup>2</sup> Peça 57, e-DOC 4BD35727.

<sup>3</sup> Peça 25, e-DOC 3C4A0FE1.

<sup>4</sup> Peça 44, e-DOC D933DD8A.

<sup>5</sup> Peça 50, e-DOC D3CBA417. Sessão Ordinária nº 5229, de 07/10/20.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

*FIBRA MINERAL, da planilha orçamentária; b) encaminhe cópia dos projetos executivos e as built, produtos previstos no Contrato nº 67/2020; c) doravante, nos processos de licitação ou dispensa de licitação voltados a contratações para enfrentamento da COVID-19, dê publicidade ao resultado do julgamento das propostas e inclua a possibilidade recursal por parte das possíveis empresas interessadas, nos termos do art. 4º-G da Lei 13.979/2020; V – autorizar: a) o envio de cópia desta decisão e do relatório/voto do Relator à SES/DF; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para a análise da resposta ao item IV desta decisão.*

4. Por sua vez, o exame de admissibilidade da Representação de autoria de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass foi realizado na Informação nº 91/20-DIASP1<sup>6</sup>, tendo sido prolatada a Decisão nº 4766/2020<sup>7</sup>, nos seguintes termos:

**Decisão nº 4766/2020**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer: a) da Informação nº 91/2020 – DIASP1 (peça 62); b) da Representação formulada pelo Deputado Distrital Leandro Grass (peça 57), pelo atendimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF; c) do Ofício nº 586/2020-GPCF (peça 60); II – autorizar: a) a ciência deste decisum ao representante, à SES/DF e à empresa Contarpp Engenharia, CNPJ nº 26.412.148/0001-27, facultando a esta a apresentação de manifestação no prazo de 05 (cinco) dias, em observância ao princípio do contraditório, informando-lhes que tramitações futuras poderão ser acompanhadas no site do Tribunal, opção “consulta processual” ou mediante cadastramento no sistema TCDF Push ([www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br) – Espaço do Cidadão –Acompanhamento por e-mail); b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para os fins pertinentes.*

5. Em cumprimento às referidas Decisões, a SES/DF apresentou seus esclarecimentos<sup>8</sup>, seguida pela empresa Contarpp Engenharia<sup>9</sup>.

6. Sendo assim, a presente fase processual trata da análise das informações prestadas pela SES/DF e pela Contarpp Engenharia e do mérito da Representação apresentada pelo citado parlamentar distrital.

<sup>6</sup> Peça 62, e-DOC F184E458.

<sup>7</sup> Peça 65, e-DOC 46B046D1.

<sup>8</sup> Ofícios nº 8220/2020 e 8291/2020 - SES/GAB, peças 74 e 75, e-DOCs 2B91D4E5 e CA56A99F.

<sup>9</sup> Peça 91, e-DOC 725C6F52.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

## **II. MANIFESTAÇÃO SES/DF**

7. A Secretaria inicialmente solicitou o envio de cópia da Representação de autoria de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass e da Informação nº 91/2020-DIASP1, segundo afirmado, por não ter sido possível realizar o download da referida documentação no site desta Corte de Contas<sup>10</sup>.

8. Sobre os fatos narrados nas Representações, a SES/DF apresentou a manifestação dos setores relacionados, quais sejam: (i) Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), (ii) Diretoria de Aquisições Especiais (DAESP) e (iii) Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

9. De acordo com a SES/DF, coube à DAESP, haja vista suas respectivas competências regimentais, manifestar-se relativamente aos itens IV.a.ii e IV.c da Decisão nº 4360/20:

*Item IV.a.ii - cerceamento do contraditório, indicando inobservância do devido processo legal, em desacordo com o art. 3º, caput, da Lei n.º 8.666/1993;*

*Item IV.c - c) doravante, nos processos de licitação ou dispensa de licitação voltados a contratações para enfrentamento da COVID-19, dê publicidade ao resultado do julgamento das propostas e inclua a possibilidade recursal por parte das possíveis empresas interessadas, nos termos do art. 4º-G da Lei 13.979/2020;*

10. Sobre o assunto, a DAESP informou que os atuais gestores em exercício naquela Diretoria e na Gerência de Aquisições Especiais – GEAQ, unidades responsáveis pela instrução administrativa do processo de contratação em tela, somente entraram em exercício nos cargos em 30 de setembro de 2020, conforme publicação do DODF nº 186, página 60, e 16 de outubro de 2020, conforme publicação no DODF nº 197, página 22, respetivamente.

11. Acrescentou que foi realizada nova busca nos servidores de e-mail utilizados pela DAESP e GEAQ e confirmou não haver manifestação da Administração quanto à falta de publicidade dos atos, relatada pela empresa RVA, e concluiu ser necessária a apresentação de esclarecimentos dos respectivos gestores que à época dirigiam tais setores.

12. Por fim, informou que os atuais gestores da DAESP e GEAQ estão atentos e seguindo estritamente o estabelecido na Lei nº 13.979/20, nas

---

<sup>10</sup> A solicitação foi deferida, por meio do Despacho Singular nº 311/2020-GCMA (peça 79, e-DOC 0A97AF7D).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

recomendações dos Órgãos de Controle e nos demais normativos voltados a contratações para enfrentamento da COVID-19.

13. Por sua vez, de acordo com a SES/DF, coube à Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DAE manifestar-se relativamente aos itens IV.a.iii, IV.a.iv e IV.b, da Decisão nº 4360/20:

*Item IV.a.iii - falha no dimensionamento do item 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE FORRO MINERAL, da planilha orçamentária, cujo quantitativo demonstra ser superior à área total utilizada para a montagem do hospital de campanha instalado no Estádio Nacional de Brasília;*

*Item IV.a.iv - sobrepreço nos custos unitários dos itens 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE FORRO MINERAL e 04.01 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO TIPO FIBRA MINERAL, da planilha orçamentária;*

*Item IV.b - encaminhe cópia dos projetos executivos e as built, produtos previstos no Contrato nº 67/2020;*

14. Acerca do Item IV.a.iii, a DAE informou que a adequação da área a ser implantada no Hospital de Campanha previa a substituição do forro mineral para ajustes nas instalações elétricas e de refrigeração, sendo que na desmobilização seria necessária a retirada total das instalações e ajustes para a entrega nas mesmas condições em que se encontravam na cessão, tendo assim sido prevista quantidade superior à metragem total do Hospital.

15. Sobre o Item IV.a.iv, esclareceu que enviou Carta ao responsável pela confecção da planilha orçamentária a fim de obter a respectiva manifestação e a composição do preço unitário. Também acrescentou que é de conhecimento da Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde – SINFRA a não existência de profissionais habilitados para análise técnica-orçamentária na DAE.

16. Por fim, quanto ao Item IV.b, informou que não consta nas cláusulas do Contrato nº 067/2020 a solicitação de projetos executivos e as *built* da adequação realizada no Hospital de Campanha implantado no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha.

### **III. MANIFESTAÇÃO DA EMPRESA CONTARPP ENGENHARIA**

17. No tocante à Representação de autoria de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass, a empresa manifestou-se em relação à alegação de exíguo prazo entre a publicação do aviso de abertura de dispensa de licitação e a data para a apresentação de propostas, posto que, no seu entender, os demais apontamentos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

teriam sido devidamente tratados na análise contida na Informação nº 91/2020-DIASP1, conforme exposto na Decisão nº 4.766/2020.

18. De acordo com a empresa, não há indicação de qual dispositivo legal estaria sendo desatendido e qual prejuízo teria ocorrido em relação à alegada irregularidade ressaltando que não é de sua responsabilidade e competência fixar prazo para apresentação de propostas e que somente atendeu ao chamado da Administração.

19. Também informou que nenhuma empresa participante dos procedimentos da dispensa de licitação questionou sobre o exíguo prazo fixado pela administração, sendo que todas apresentaram suas propostas, e que a inabilitação da Representante não está relacionada a esse fato e sim à ausência de atestado que comprovasse a execução de serviços de manutenção predial ou construção de edificações Hospitalares, compatível com o vulto e complexidade do objeto da dispensa de licitação, nos termos do Item 7.2.2 do ato convocatório.

20. Ressaltou que após vistoria realizada para recebimento provisório do objeto do contrato, a comissão responsável não foi identificou nenhuma pendência a ser executada, não havendo qualquer impacto negativo ao ajuste decorrente do exíguo prazo relatado, que estaria em consonância com o disposto no art. 9º do Decreto Distrital nº 4.475/2020<sup>11</sup>.

21. Por fim, argumentou que os fatos não se sucederam como anunciado na Representação de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass visto que o Ofício nº 453/2020, o projeto básico e o orçamento da obra foram encaminhados via e-mail aos interessados em 01/04/2020, sendo o prazo para apresentação de propostas fixado em 03/04/202, portanto, superior às 24h alegadas pelo representante.

#### **IV. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

22. Relativamente ao cumprimento do Item IV.a.ii da Decisão nº 4360/20 (*cerceamento do contraditório, indicando inobservância do devido processo legal, em desacordo com o art. 3º, caput, da Lei n.º 8.666/1993*), segundo informado pela

---

<sup>11</sup> Decreto Distrital nº 4.475/2020: Art. 9.5 A tramitação dos processos referentes a assuntos vinculados a este Decreto se dará em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

SES/DF, os atuais gestores da Diretoria de Aquisições Especiais (DAESP) e da Gerência de Aquisições Especiais (GEAQ) somente assumiram suas funções em 30 de setembro de 2020<sup>12</sup> e 16 de outubro de 2020<sup>13</sup>, portanto, em data posterior ao cerceamento do direito ao contraditório apontado pela empresa RVA em sua Representação, o qual teve como marco o dia 14 de abril de 2020 (data em que apresentou sua intenção de recorrer do resultado do julgamento das propostas<sup>14</sup>).

23. De fato, ao se consultar os DODFs<sup>15</sup> citados pela jurisdicionada, confirma-se que os atuais gestores não exerciam suas funções durante a instrução do processo de Dispensa de Licitação nº 453/2020.

24. Na época dos fatos, estavam à frente da Diretoria de Aquisições Especiais e da Gerência de Aquisições Especiais, respectivamente, o Sr. Emmanuel de Oliveira Carneiro e a Sra. Erika Mesquita Teixeira, os quais, conforme demonstrado nos autos<sup>16</sup>, encaminharam o pedido da empresa RVA à Subsecretaria de Administração Geral, tendo sido disponibilizado o acesso externo, com visualização integral ao representante, em 20 de abril de 2020.

25. Ressalta-se que, sobre esse assunto, o Tribunal, por meio da Decisão nº 4360/2020, decidiu:

*IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: [...]*

*c) doravante, nos processos de licitação ou dispensa de licitação voltados a contratações para enfrentamento da COVID-19, dê publicidade ao resultado do julgamento das propostas e inclua a possibilidade recursal por parte das possíveis empresas interessadas, nos termos do art. 4º-G da Lei 13.979/2020; [...].*

26. Assim, em que pese a impropriedade, mas considerando que a representante não demonstrou possuir o atestado de capacidade técnica requerido e que o eventual recurso não poderia alterar o estado das coisas, conforme análise proferida na Informação nº 49/2020-DIASP1, §§ 23/32, além do fato de que o pedido da representante foi, em parte, atendido pelos gestores à época, embora equivocadamente entendido como intempestivo, bem como o atual cenário de enfrentamento da pandemia de COVID-19, tem-se como suficiente a deliberação proferida pela Corte nos termos da transcrição supra.

<sup>12</sup> Conforme publicação do DODF nº 186, de 30 de setembro de 2020, página 60.

<sup>13</sup> Conforme publicação no DODF nº 197 de 16 de outubro de 2020, página 22.

<sup>14</sup> Peça 36, e-DOC 900898C0, fls. 17/18.

<sup>15</sup> Inseridos na aba associados.

<sup>16</sup> Peça 36, e-DOC 900898C0, fl. 19.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

27. Sobre o item IV.a.i. da Decisão nº 4360/20 (*exigência de expertise anterior de serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares, em desacordo com o art. 3º, caput, e § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993*), o assunto em questão pode ser tratado juntamente com o apontamento feito na Representação de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass, relativo ao “curto prazo” entre a publicação do Aviso de Abertura do certame e a data limite para a apresentação de propostas.

28. Em que pese o possível caráter restritivo dos itens, verificou-se que a seleção contou com a participação de 15 empresas, indicando não ter havido prejuízo à apresentação de ofertas por empresas interessadas.

29. Ademais, convém mencionar que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, por intermédio da Secretaria de Perícias e Diligências, realizou detalhada análise<sup>17</sup> do processo de instalação do Hospital de Campanha do Estádio Mané Garrincha, a fim de apurar denúncia de direcionamento de licitação e superfaturamento na referida contratação. Foi elaborado o Relatório Técnico de Engenharia nº 0535/2020 - APAEL/SPD<sup>18</sup>, abordando os motivos e as desclassificações das empresas concorrentes, a planilha de preços unitários e a existência de eventuais danos ao erário, inclusive, com a realização de perícia *in loco*.

30. Sobre o item ora analisado, a apuração feita pelo MPDFT não concluiu haver irregularidade ao se incluir a exigência de expertise anterior de serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares, como requisito a ser cumprido pela empresa a ser contratada, dado o caráter urgente da prestação dos serviços e a necessidade de se reduzir os riscos de uma contratação ineficaz, mediante uma empresa sem experiência na prestação de serviços em ambientes hospitalares.

31. Nesse sentido, segue o seguinte trecho do Relatório em questão:

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E RESULTADO DO CERTAME  
(...)

<sup>17</sup> Processo MPDFT 08190.054271/20-14.

<sup>18</sup> Juntado aos autos como peça 46, e-DOC 8856200A.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

*Dadas as peculiaridades das obras em questão, envolvendo instalações para gases medicinais, instalações elétricas especiais para ambiente de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), a celeridade necessária ao início do atendimento e ainda a manutenção das instalações em funcionamento durante os seis meses de vida útil previstos para o Hospital de Campanha, a escolha de experiência hospitalar foi uma medida acertada, porém, resultou na desqualificação de seis propostas com valores inferiores ao contratado.*

*Não foi documentada nenhuma negociação comercial junto a empresa Contarpp Engenharia, no sentido de rever seus preços e oferecer um desconto adicional em função da apresentação de seis propostas de empresas com valores inferiores.*

*(...)*

32. Assim, não restou caracterizado que as exigências em questão tenham sido um ato irregular praticado pela jurisdicionada durante a Dispensa de Licitação nº 453/20-SES/DF, que resultou no Contrato nº 67/2020.

33. A respeito do Item IV.a.iii. *(falha no dimensionamento do item 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE FORRO MINERAL, da planilha orçamentária, cujo quantitativo demonstra ser superior à área total utilizada para a montagem do hospital de campanha instalado no Estádio Nacional de Brasília)*; Item IV.a.iv. *(sobrepreço nos custos unitários dos itens 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE FORRO MINERAL e 04.01 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO TIPO FIBRA MINERAL, da planilha orçamentária)* e Item IV.b *(encaminhe cópia dos projetos executivos e as built, produtos previstos no Contrato nº 67/2020)*, da Decisão nº 4360/20, a manifestação da SES/DF mostra-se insuficiente.

34. Em primeiro lugar, a retirada do forro mineral, prevista no Item 02.01 da Planilha Orçamentária<sup>19</sup>, não mencionava a etapa de desmobilização do Hospital, que estava prevista no Item 09.02 da respectiva planilha. A inclusão da retirada do forro mineral, tanto no Item 02.01 quanto no Item 09.02, como se infere da manifestação apresentada, leva a crer que houve a inclusão de serviços duplicados na planilha orçamentária apresentada pela SES/DF. No entanto, com os dados presentes na mencionada planilha orçamentária, não é possível concluir se houve a previsão e o pagamento de serviços duplicados, haja vista não haver o detalhamento da composição dos itens.

---

<sup>19</sup> A planilha orçamentária pode ser visualizada no Processo SEI-GDF nº 00060-00129560/2020-8/2020, inserido na aba associados, e-DOC 082C7D01, fl. 34



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

35. Em segundo lugar, verificou-se haver indício de elevado sobrepreço em relação ao orçamento dos itens 02.01 e 04.01<sup>20</sup>, grande parte em relação ao primeiro, considerando-se o Pregão Eletrônico 00.087/2019 – PA: 22068/201923, a cargo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, no montante de R\$ 1.483.087,75, o que indica a ocorrência de possível prática de ato antieconômico, com dano ao patrimônio público.

36. Em terceiro lugar, o fato de a SES/DF ter enviado Carta ao responsável pela confecção da planilha orçamentária, a fim de obter a respectiva manifestação e a composição do preço unitário, não afasta sua responsabilidade sobre os possíveis erros contidos no orçamento. A jurisdicionada, ao incluir no processo e utilizar a referida documentação, elaborada por pessoa alheia ao Órgão, assume para si a responsabilidade pelo orçamento e pelos riscos inerentes, que incluem possíveis danos ao Erário advindos da execução de uma obra orçada com erros.

37. Em quarto lugar, mostra-se inverídica a afirmação da SES/DF de que os projetos executivos e *as built* não estavam previstos nas cláusulas do Contrato nº 67/2020, uma vez que compuseram o orçamento da obra, conforme previsto nos Itens 01.05.02 – Fornecimento de Projeto Executivo e 01.05.03 – Fornecimento de Projeto *As Built*. A ausência desses documentos indica que houve pagamento por serviços não executados no montante de **R\$ 292.106,77**.

38. Assim, previamente à adoção de demais providências sobre o assunto por parte deste corpo instrutivo, devem ser chamados em audiência, consoante Matriz de Responsabilização<sup>21</sup>, o Sr. Isaque Costa de Albuquerque, CPF 909.974.411-00, então Subsecretário de Infraestrutura em Saúde; Sr. Sócrates Alves de Souza, CPF 986.424.481-72, então Diretor da Diretoria de Engenharia e Arquitetura da SES/DF, ambos responsáveis pela elaboração e apresentação do Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 453/2020<sup>22</sup> e executores do Contrato nº 67/2020-SES/DF<sup>23</sup>; e o Sr. André Foletto Pimentel, CPF nº 005.381.810-52, autor do projeto orçamentário da obra<sup>24</sup>, a fim de que apresentem as devidas razões de

<sup>20</sup> Vide Informação nº 49/2020, §§ 42/50, peça 44, e-DOC D933DD8A.

<sup>21</sup> Peça 95, e-DOC 872C2969.

<sup>22</sup> Vide e-DOC 082C7D01, Fls. 29/33 (aba associados).

<sup>23</sup> Conforme publicado no DODF Edição Extra nº 58, de 23/04/2020.

<sup>24</sup> Vide e-DOC 900898C0, Fls. 8/9 – peça 36.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

justificativa acerca dos fatos apontados nesta instrução, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 271 ou nos incisos II ou III do art. 272 do RI/TCDF, e instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), nos termos do § 1º do art. 187 do RI/TCDF, ou a conversão em TCE, nos termos do art. 191 da citada norma.

39. Quanto à alegação contida na Representação de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass de que a empresa contratada para a prestação do objeto também foi contratada para a construção do Hospital de Campanha da Ceilândia ao custo de R\$ 10.488.201,61, “em processos que carecem de transparência”, objeto de Representação do mesmo parlamentar e da Decisão TCDF nº 3703/2020, matéria tratada no Processo nº 00600-00000897/2020-55, não foram apontadas irregularidades relativas a estes autos.

40. Por fim, os demais apontamentos contidos na Representação de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass foram elucidados na Informação nº 91/20 – Diasp1, nos seguintes trechos abaixo destacados:

*Informação nº 91/2020 – Diasp1*

*(...)*

**12. No que tange à alegação de que o Projeto Básico teria sido divulgado após somente a celebração do Contrato Emergencial nº 067/2020 – SES/DF, posto que o acordo foi assinado eletronicamente em 09.04 e 10.04.2020<sup>6</sup>, verifica-se que a primeira versão do Projeto Básico foi juntada aos autos do referido Processo SEI em 31.03.2020, e uma segunda e derradeira versão em 01.04.2020<sup>7</sup>. Portanto, anteriores à assinatura do contrato.**

**13. Da mesma forma, consta no e-mail, datado de 01.04.2020, enviado a diversas empresas a cópia do Ofício nº 453/2020 – SES/DF<sup>8</sup>, por meio do qual também foi encaminhado o respectivo Projeto Básico:**

**[...] CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL para adequar o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, visando a implementação o Hospital de Campanha, com a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento da doença do Coronavírus (COVID19), conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico anexo.**

**14. Quanto à seleção da empresa que apresentou a sétima melhor proposta, importante destacar que apenas a empresa RVA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES – EIRELLI apresentou intenção de recorrer um dia da publicação do resultado do certame, todavia, o recurso não foi conhecido pela SES/DF por ter sido considerado intempestivo.**

**15. Contudo, insta salientar que a matéria já se encontra em discussão nestes autos, tendo sido prolatada a Decisão nº 4360/2020<sup>9</sup>, por meio da qual foi**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

*determinado que a SES/DF apresentasse justificativas em razão da inexistência de disposição fixando prazo para a interposição e exame de recursos:*

(...)

16. *Impende mencionar que a questão relativa à transparência do procedimento de contratação, atinente ao cumprimento da Decisão nº 3703/2020<sup>10</sup>, se encontra em análise nos autos do Processo nº 00600-00000897/2020-55-e, no qual foi prolatada a Decisão nº 4364/2020<sup>11</sup> nos seguintes termos:*

(...)

17. ***Por fim, quanto à inexistência de um “canal de comunicação oficial” entre a SES/DF e as empresas interessadas em contratar com o órgão, observa-se que o Representante não indicou eventual dispositivo legal violado. Por outro lado, não parece ser descabida a previsão de encaminhamento das propostas para o endereço eletrônico “dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com”, dada a particularidade excepcionalíssima de situação de calamidade pública no Distrito Federal decorrente da pandemia do COVID19, assim como as circunstâncias que indiscutivelmente passaram a limitar a atuação ordinária do gestor público, inclusive com a adoção de padrões diferenciados de cumprimento da jornada de trabalho e de rotinas administrativas, particularidades que devem ser consideradas a luz do disposto no art. 4º c/c Art. 3º, VII, da Resolução TCDF nº 333/2020.***

18. *Ante o exposto, entende-se que a maior parte das questões suscitadas na Representação já se encontra em análise perante a Corte de Contas no presente Processo e nos autos do Processo nº 00600-00000897/2020-55, não tendo sido trazido aos autos fatos novos que demandem a reanálise destes fatos.*

19. *Apenas quanto ao curto prazo de convocação estipulado pela SES/DF para a apresentação de propostas para a Dispensa de Licitação nº 453/2020- SES/DF, tem-se que a questão merece ser melhor analisada à luz dos possíveis impactos no resultado do referido procedimento de contratação, motivo pelo qual se sugere o conhecimento da presente Representação.*

## **V. CONCLUSÃO**

41. Após análise das informações prestadas e dos exames realizados, conclui-se, no mérito, pela parcial procedência da Representação de autoria de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass, dada a observância de impropriedades relativas ao orçamento da obra e à sua execução, o que leva à possível ocorrência de prejuízo ao erário decorrente dessas falhas.

42. Diante disso, devem ser chamados em audiência, consoante a Matriz de Responsabilização constante da peça 95, e-DOC 872C2969, os responsáveis pela elaboração e apresentação do Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 453/2020 e executores do Contrato nº 67/2020-SES/DF e o autor do projeto orçamentário da obra, a fim de que apresentem as devidas razões de justificativa acerca dos fatos apontados nesta instrução, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 271 ou nos incisos II ou III do art. 272 do RI/TCDF, e



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), nos termos do § 1º do art. 187 do RI/TCDF, ou a conversão em TCE, nos termos do art. 191 da citada norma.

43. Por fim, informa-se que foi juntado Ofício<sup>25</sup> do Tribunal de Contas da União – TCU acerca de pedido de acesso aos autos, já atendido por esta Corte de Contas<sup>26</sup> e que há solicitação<sup>27</sup> de que os autos sejam remetidos ao MPJTCDF previamente à apreciação plenária.

## **VI. SUGESTÕES**

44. Diante do exposto, sugere-se ao Egrégio Tribunal:

- I. tomar conhecimento:
  - a) dos Ofícios nº 8220/2020 e 8291/2020 - SES/GAB, peças 74 e 75, e-DOCs 2B91D4E5 e CA56A99F, encaminhados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF;
  - b) do documento constante da peça 91, e-DOC 725C6F52, encaminhado pela empresa Contarpp Engenharia Ltda.;
  - c) da Informação nº 07/2021-DIASP1, peça 100, e-DOC 8D3BBA94, e da Matriz de Responsabilização, peça 99, e-DOC 872C2969;
- II. considerar, no mérito, parcialmente procedente a Representação de autoria de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass;
- III. determinar a audiência dos responsáveis listados na Matriz de Responsabilização, para que, no prazo de 30 dias, apresentem as devidas razões de justificativa, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 271 ou nos incisos II ou III do art. 272 do RI/TCDF, e instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), nos termos do § 1º do art.

<sup>25</sup> Aviso nº550-GP/TCU, peça 92, e-DOC 67AF943A e OFÍCIO nº 8000/2021-TCU/Seproc, peça 82, e-DOC A31AC1D3.

<sup>26</sup> Peça 89, e-DOC 29D950FE.

<sup>27</sup> E-DOC 8E073A3D-e.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

187 do RI/TCDF, ou a conversão em TCE, nos termos do art. 191 da citada norma;

IV. autorizar:

- a) o envio de cópia da Matriz de Responsabilização, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida aos Representantes, à SES/DF e aos responsáveis listados na referida matriz;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para os devidos fins.

À consideração superior.

Assinatura Eletrônica

**MARCOS MACIEL ABREU DE ANDRADE**

Auditor de Controle Externo

De acordo.

À elevada consideração do senhor Secretário.

Em 05 de maio de 2021.

Assinatura Eletrônica

**JOSÉ VITOR AKEGAWA PIERRE**

Diretor – DIASP 1